

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE PEDAGOGIA

GISLAINE COSTA DA SILVA

**ALUNO CEGO NO ENSINO REGULAR: POSSIBILIDADES E
LIMITAÇÕES.**

CRICIÚMA, JULHO DE 2010.

GISLAINE COSTA DA SILVA

**ALUNO CEGO NO ENSINO REGULAR: POSSIBILIDADES E
LIMITAÇÕES.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Licenciatura no curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.^a Albertina Serafim Daminelli.

CRICIÚMA, JULHO DE 2010.

GISLAINE COSTA DA SILVA

**ALUNO CEGO NO ENSINO REGULAR: POSSIBILIDADES E
LIMITAÇÕES.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Licenciatura, no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação, Cultura e Ambiente.

Criciúma, 06 de julho de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Albertina Serafim Daminelli - Mestre - (UNESC) - Orientadora

Prof.^a Lucy Cristina Ostetto - Mestre - (UNESC)

Prof.^a Graziela Fátima Giacomazzo - Mestre - (UNESC)

Dedico o presente trabalho a todos que confiaram em mim, me dando força e acompanhando cada passo que foi dado para essa importante fase da minha vida. Sabendo que há muito que percorrer ainda dedico essa vitória primeiramente a Deus, a meus pais, meu marido, meus amigos e com certeza a meus mestres que com sua sabedoria passaram os conhecimentos necessários para minha formação.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, meus pais por me ajudarem sempre e em tudo que precisei meu marido, que entendeu o tempo que precisei me dedicar ao curso e sempre me apoiou e me ajudou para alcançar esse resultado. Agradeço também a professora Albertina que se dedicou muito na minha orientação com muito empenho para alcançarmos esse resultado. A escola, diretora, professoras e sem duvidas o aluno que contribuíram com muito empenho em suas entrevistas para o resultado da minha pesquisa.

“Na escuridão percebi o valor enorme das palavras.”

Graciliano Ramos

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema central o estudo do aluno cego, possibilidades e limitações no ensino regular. Com a finalidade de alcançar o objetivo proposto na investigação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, para o aprofundamento teórico maior do tema abordado e a pesquisa de campo possibilitando relacionar teoria e prática. A linha de pesquisa é educação cultura e ambiente, tendo como eixo temático educação para diversidade. A pesquisa tem como objetivo analisar e questionar aluno e professores de ensino fundamental para que com isso possam ser identificados os problemas enfrentados pelo aluno em sala de aula regular com professores, alunos e materiais, compreendendo como ele se percebe perante a sociedade na qual esta inserida. Para essa pesquisa foram coletados dados com observação e registro do aluno e professores em sala regular e questionários com o aluno e professores tanto da sala regular quanto da sala de recursos sobre sua prática pedagógica. A pesquisa aconteceu em uma escola municipal em Içara. E a conclusão da pesquisa aponta a possibilidade de uma pedagogia inclusiva desde que escola, professores, família e principalmente o aluno busquem o ideal de uma sociedade com direitos e deveres iguais para todos, onde haja comprometimento com o ser humano, e dessa forma possa haver uma sociedade democrática com a participação efetiva de todos.

Palavras-chave: Inclusão. Materiais Adaptados. Braille. Aluno Cego. Professor.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO..... | 10 |
| 2.1 Inclusão: escola e sociedade..... | 14 |
| 3 CEGUEIRA X DEFICIÊNCIA VISUAL..... | 18 |
| 3.1 Causas e Prevenção da Cegueira..... | 20 |
| 4 CONHECENDO A ESCRITA BRAILLE..... | 22 |
| 4.1 Materiais Adaptados e em Braille | 23 |
| 4.2 Materiais Adaptados em Sala da Aula..... | 25 |
| 5 METODOLOGIA | 27 |
| 6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS..... | 29 |
| 6.1 Contextualizando a pesquisa..... | 29 |
| 6.2 Apresentação e análise da observação no ensino regular..... | 30 |
| 6.3 Apresentação e análise do questionário dos professores do ensino regular..... | 33 |
| 6.4 Apresentação e análise do questionário para a professora da sala de recursos..... | 36 |
| 6.5 Apresentação e análise do questionário do aluno cego no ensino regular..... | 38 |
| 7 CONCLUSÃO | 42 |
| REFERÊNCIAS..... | 44 |
| APÊNDICE A: Roteiro de observação no ensino regular..... | 46 |
| APÊNDICE B: Questionário para o professor do ensino regular..... | 48 |
| APÊNDICE C: Questionário para o professor da sala de recursos..... | 50 |
| APÊNDICE D: Questionário para o aluno cego..... | 52 |
| APÊNDICE E: Capítulo 04 – Conhecendo a escrita Braille (em Braille)..... | 54 |

1 INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com deficiência nas escolas é um assunto muito discutido na sociedade atual, porém as dúvidas, medos e incertezas de como trabalhar com crianças com necessidades especiais ainda é muito comum, e com isso os erros cometidos pelos professores comprometem a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

No caso dos alunos cegos, estes precisam de uma atenção maior dos profissionais envolvidos, pois, necessitam de interação especial no processo de ensino aprendizagem. Os materiais utilizados para trabalhar com o educando cego precisam ser adaptados e em Braille, pois só assim seu desenvolvimento e sua independência terão resultados tão positivos quanto aos dos alunos videntes, e dessa forma irá contribuir para seu papel de cidadão atuante na sociedade.

A ideia central da pesquisa é analisar o trabalho pedagógico com o aluno cego no ensino regular, tendo como **Problema** de pesquisa: Quais as possibilidades e limitações do aluno cego no ensino regular? Ao definir o problema surgiu o **Tema**: Aluno cego no ensino regular: Possibilidades e limitações.

As escolas estão recebendo alunos com necessidades especiais, mas não há preocupação em relação ao trabalho pedagógico dos professores em sala de aula. Mesmo sabendo que é um direito garantido por lei, que pessoas com necessidades especiais têm direitos e deveres como outras pessoas, a escola deve proporcionar a esses alunos uma educação de qualidade.

A pesquisa tem como **Objetivo**: Analisar as possibilidades e limitações enfrentadas pelo aluno cego no ensino regular, e assim perceber como o aluno cego é inserido na sala de aula.

E para atender o objetivo da pesquisa foram construídos os seguintes **objetivos específicos**:

- Identificar se os alunos são atendidos por professores com formação em educação especial/cegos.
- Analisar como os alunos percebem seu processo de aprendizagem.
- Diagnosticar se os alunos têm acesso aos materiais pedagógicos adaptados e em Braille.
- Identificar se a escola e os professores oferecem condições para a inclusão

do aluno cego – espaço físico/barreiras arquitetônicas, materiais adaptados entre outros.

Para dar maior respaldo na pesquisa principalmente na elaboração do questionário e do roteiro de observação, as **questões norteadoras** que deram alicerce para a pesquisa foram;

- O aluno é atendido por professores com formação em educação especial/cego?
- Como o aluno percebe seu processo de aprendizagem?
- O aluno tem acesso aos materiais pedagógicos adaptados e em Braille?
- Quais as maiores dificuldades do aluno cego no processo de inclusão?
- As necessidades do aluno cego são atendidas pela escola e professores?
(rampas, corrimão)

A pesquisa foi desenvolvida dentro de uma **metodologia** qualitativa assim foi possível realizar a análise do problema. Bem como trabalhar com clareza e organização as informações contidas no decorrer do texto. Sendo que os dados presentes nos questionários foram analisados qualitativamente respondendo as considerações da pesquisa sob a luz do referencial teórico, o presente trabalho foi estruturado em quatro capítulos:

O primeiro capítulo aborda o tema perspectivas e possibilidades no processo de inclusão e foi fundamentada com a contribuição dos seguintes autores: Mantoa; (2006), Amiralian; (2006) e Caiado; (2006). O segundo capítulo aborda a cegueira x deficiência visual, no qual apresenta as verdades e as formas de como trabalhar com pessoas cegas, esse tema foi fundamentada com o auxílio dos autores: Mansini; (1994), Ferreira e Guimarães; (2003), Laplane e Batista; (2009), Oliveira; (1997). O terceiro capítulo aborda o tema materiais pedagógicos adaptados e em Braille e tem como objetivo apresentar possibilidades de adaptações de materiais para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno cego no ensino regular foi fundamentado com a contribuição dos autores: Oliveira; (1997), Vygotsky; (1997; 2000), Mansini; (1994), Caiado, Sá, Campos e Silva; (2007) e Lima; (2006). Formam o referencial teórico e para a conclusão apresenta a análise dos dados coletados e analisados sob a luz do referencial teórico juntamente com a conclusão, as referências e os apêndices.

2 PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO.

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular ainda é muito recente em nosso país, uma vez que a inclusão não é apenas receber ou manter os alunos na escola, mas garantir uma educação de qualidade para todos, atendendo as necessidades específicas de cada um. Os professores e auxiliares de sala ainda estão totalmente despreparados para trabalharem com a inclusão. Faltam cursos de formação continuada, professores capacitados, com especialização na área em que estão atuando para que se possa obter um resultado satisfatório.

A história nos relata que no decorrer dos tempos atrocidades foram cometidas com as pessoas deficientes. Em muitas cidades na antiguidade como Roma, por exemplo, crianças que nasciam com algum tipo de deficiência ou doenças contagiosa (pois na época não havia tratamentos adequados para tais situações), eram mortas ou jogadas em vala de esgoto, pois eram vistas como um castigo de Deus.

Apesar de fazer mais de uma década que a inclusão de pessoas portadoras de deficiência foi garantida por lei nas escolas regulares, ainda assim há longo caminho a percorrer, diante da novidade que a inclusão é um ideal a ser conquistado.

Segundo Mantoan (2006. p.15):

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, étnicas – nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. Afinal de contas, aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos; implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos.

Apesar de muitas escolas declararem que estão preparadas para inclusão, na maioria das vezes, estão excluindo o aluno na escola, nas atividades, na relação professor x aluno, entre os próprios alunos e conseqüentemente reflete nas avaliações.

Mantoan (2006, p. 50) argumenta:

Quando se ensina a turma toda, é indispensável suprimir o caráter classificatório de notas e de provas e substituí-los por uma visão diagnóstica da avaliação escolar. Para ser coerente com essa novidade, o professor, deve priorizar a avaliação do desenvolvimento das competências dos alunos diante de situações-problema, em detrimento da memorização de informações e da reprodução de conhecimentos sem compreensão, cujo objetivo é apenas tirar boas notas e ser promovido. O tempo de construção é uma competência varia de aluno para aluno, e sua evolução é percebida por meio da mobilização e da aplicação do que ele aprendeu ou de que já tinha conhecimento para chegar às soluções pretendidas.

O aluno que possui qualquer tipo de deficiência possui muitas possibilidades em sua vida pessoal e também em sua vida escolar, mas em muitos casos, tanto em casa quanto na escola, são deixados de lado essas possibilidades, enfocando somente as limitações que eles enfrentam no dia-a-dia. Todas as pessoas são capazes de aprender, mas de maneira e formas diferentes, sendo assim, todos os alunos podem e tem possibilidade de aprender desde que sejam percebido e concebido com um ser atuante em qualquer lugar na sociedade.

Mesmo sendo a inclusão, um assunto muito comentado, debatido e estudado atualmente, em algumas escolas é esquecido, ficando apenas nos discursos, textos, artigos legais que na maioria das vezes não são cumpridos. Ao depararmos com a prática, principalmente nas escolas, mercado de trabalho e sociedade em geral, a situação da inclusão nas escolas é muito diferente, há poucos profissionais habilitados, estruturas no espaço físico na maior parte das escolas são consideráveis boas, os materiais pedagógicos adaptados existem, porém pouco utilizados, pouquíssimos cursos e palestras para todos profissionais envolvidos. Provocando total descaso quanto à inclusão nas escolas.

A proposta de inclusão não visa somente às pessoas com deficiências, mas envolve uma série de fatores que englobam a questão.

Como descreve Mantoan (2006, p. 14),

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gêneros, enfim, a diversidade humana vem sendo cada vez mais desvelada e destacada e se tornando condição imprescindível para entendermos como aprendermos e como compreendemos o mundo e a nós mesmo.

A questão da inclusão envolve todas as diferenças, como pode-se perceber, Amiralian (2009, p. 22) relata que,

A inclusão não é possibilitar às pessoas com deficiência, aos negros, aos homossexuais, aos judeus, ou seja, a todas as minorias, a convivência junto àquelas consideradas “normais”. A inclusão é uma organização social em que todos são considerados iguais. É importante salientarmos em que sentido estamos falando de igualdade, pois na realidade somos todos diferentes, embora alguns tenham uma diferença mais significativa que outros. Independentemente das diferenças existentes, todos devem ser considerados cidadãos com os mesmos direitos e os mesmos deveres.

Diante da declaração acima percebe-se que a inclusão deve ocorrer em sua plenitude sem excluir as diferenças existentes na sociedade.

A questão do preconceito também é um fator que está muito presente nessa abordagem, muitas vezes o educando no ensino regular acaba sendo um motivo de preocupação para a escola, sendo que, em vez de oportunizar ao educando a chance de expor suas experiências, para que desse modo possa contribuir com suas experiências para uma relação interativa com todos os envolvidos, e obter um resultado satisfatório para todos, o que se vê na prática é o descaso e a negligência.

Na verdade o que ocorre é que a preocupação transforma-se em acomodação, a escola mantém o educando dentro da sala de aula, mas sua assistência limita-se, as atividades diferenciadas e não adaptadas para os educando com deficiência proporcionando assim a exclusão desses alunos e não a inclusão.

Mantoam (2006, p. 15) nos diz,

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber. Ocorre que a escola se democratizou, abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Por isso exclui os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino. A escola não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes instâncias epistemológicas, não se abre a novos conhecimentos que, até então, não couberam nela.

Crochík (1995 apud AMIRALIAN 2009, p. 23) nos apresenta em sua abordagem, o seu conceito de preconceito, assim para ele, “o preconceito diz respeito mais as necessidades do preconceituoso do que às características do objeto atingido pelo preconceito”. A forma como as pessoas com necessidades especiais são vista e tratadas nas instituições de ensino regular, corrobora com a citação acima, quando a escola tem uma visão de piedade para com as pessoas que necessitam na verdade que seus direitos sejam respeitados para que possam obter

resultados tão positivos quanto os alunos ditos normais, as possibilidades desses indivíduos acabam sendo reduzidas ou eliminadas.

A sociedade e especificamente a escola salienta os problemas ao invés de buscar soluções, desta forma os alunos com deficiência estão sendo excluídos e não incluídos no ensino regular. Proporcionando assim aos alunos somente suas limitações, privando os alunos de suas possibilidades. Demonstrando dessa forma uma caráter assistencialista.

Caiado (2006, p.7) aponta,

Pode-se afirmar que o sistema capitalista é excludente em sua raiz, dada a exploração do trabalho humano e a apropriação dos bens produzidos coletivamente por uma determinada classe social, detentora do controle dos meios de produção. Para sustentar-se no poder e perpetuar a exploração, essa classe cria mecanismos políticos e jurídicos que lhes asseguram esse lugar. Muito embora essa trajetória não seja linear, e sim resultado de conflitos e lutas, o que temos presenciado é um avanço inegável do poder econômico e políticos daqueles que detém os meios de produção. Expressão concreta desse conflitos pode ser analisada no papel que o Estado contemporâneo assume com as políticas sociais, ora reveladas no Estado assistencial (welfare state), ora no estado mínimo.

Apesar de o tema inclusão ter uma abordagem bastante presente na sociedade atual, mesmo que sua trajetória seja de uma caminhada muito longa e conquistada por um luta persistente para adquirirem seus direitos perante as leis que contribuem para inclusão, ainda é um tema muito questionado, com dúvidas que vão desde como receber o aluno, até como desenvolver seu trabalho pedagógico em sala de aula que se estendem por intermináveis questionamentos em toda sociedade.

Se pretendermos realmente uma escola inclusiva de acordo com Mantoam (2006, p. 16) “se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças”. Neste enfoque é possível conceber a inclusão como uma necessidade, um direito e não uma obrigação onde se impõe regras para serem cumpridas, mas consciência, responsabilidade e qualidade no atendimento a todos os alunos.

Ao falarmos em inclusão muitos entendem de forma seducionista com interação apenas entre os alunos, sendo que esse processo de inclusão deve envolver toda comunidade escolar.

Neste sentido Mantoam (2006, p. 19) argumenta,

O objetivo da interação é inserir um aluno ou um grupo de alunos que já foi anteriormente excluído. O mote da inclusão, ao contrário, é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.

Na verdade a inclusão tem uma maior amplitude e contempla a interação, possibilitando aos alunos uma relação entre escola e comunidade, que permita diálogo e aponte questões e dúvidas que possam ser desveladas para uma convivência saudável em toda a comunidade escolar.

Portanto, a inclusão do ponto de vista da sociedade na qual estamos inseridos, requer muitas alterações para alcançarmos resultados satisfatórios para todos de modo que possamos contribuir para garantir um lugar de destaque para as pessoas que necessitem de adaptações. Como também de profissionais qualificados, para que os trabalhos nas instituições de ensino possam incluir de fato e com isso possam formar cidadãos ativos e participantes efetivos na sociedade.

2.1 Inclusão: escola e sociedade.

Podemos considerar que para que ocorra a inclusão, escola e sociedade precisam estar unidas buscando resultados que possam contribuir para a ampliação do debate e resolução de problemas envolvendo toda comunidade escolar incluindo necessariamente os pais.

Mantoam (2006, p. 35), relata:

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiência, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu.

A participação dos pais na aprendizagem dos filhos é sem dúvida muito importante, a presença na escola, nas reuniões, na rotina das atividades, enfim a

participação efetiva dos pais com os filhos só tem a alcançar resultados positivos, ainda aumenta a autoconfiança e auto-estima para que possam sentir-se seguros e melhorar seu desempenho em sala de aula.

Quando família e escola caminham juntas, os resultados aparecem de uma forma simples, mas com uma perspectiva de resultados que atendem as necessidades de todos envolvidos.

Sendo que, o envolvimento da família não deve limitar-se somente na escola, em casa o processo deve continuar sendo exercido. A independência de alunos com deficiência é de fundamental importância para a vida em sociedade, por este e tantos outros fatores é que a família deve sim estar envolvida, mas jamais interferir em sua independência, pois só dessa forma conseguirão ocupar seu lugar e conquistar seu espaço na sociedade.

Interferência da família na vida da pessoa cega acaba privando-a de se tornar independente. Os pais precisam ser presentes, participantes e atentos ao desenvolvimento e aprendizagem dos filhos, auxiliando, compartilhando e nunca realizando ações no lugar do filho. A participação da família é essencial ao trabalho da escola, pois, o aluno passa quatro de suas vinte e quatro horas na escola. E com isso fica evidente que se não houver compromisso e estímulo na família e na escola o resultado será demorado e muitas vezes o retorno não acontece.

Há casos em que a pessoa cega desiste por não saber como lidar com situações em que exijam atitudes e responsabilidades da própria pessoa, esse comportamento ocorre devido à interferência desenfreada da família. A deficiência em si não é um limitador, mas um obstáculo que precisa ser superado e conquistado a cada dia, com muito estímulo, e principalmente independência do portador da deficiência.

Normalmente o que ocorre é que o aluno com alguma deficiência frequenta a escola regular em um período e a sala de recursos (um apoio pedagógico fora do horário de aula regular, que auxilia o educando cego com aulas de Braille e locomoção). Dessa forma são muitas as possibilidades para que sua vida social se torne cada vez mais independente. Portanto a família precisa assumir essa parceria com a escola para que a vida social da pessoa com deficiência se torne saudável, onde a inclusão e a interação com outras pessoas tornem-se cada vez mais intensa garantindo melhores resultados.

De acordo com Mantoan (2006, p. 19), “O objetivo da interação é inserir um aluno ou um grupo de alunos que já foi anteriormente excluído.” Com isso inter, o aluno aprende, ensina e socializa experiências, ampliando sua concepção de mundo e sociedade, tornando-se mais participante e automaticamente incluindo outras pessoas, formando assim uma corrente onde cada pessoa, contribui de forma direta ou indireta na vida de cada um de maneira positiva.

A inclusão não pode ser entendida como simplesmente aprovação obrigatória nas séries/anos regulares, mas o comprometimento com a aprendizagem do aluno. As atividades não realizadas pelos alunos com deficiência devem ser determinadas pelos professores que ao contrário, fazem vista grossa, e dão nota por caridade, subestimando e desestimulando o aluno fazendo com que ele se torne inseguro e cada vez mais dependente do outro.

De acordo com Mantoan (2006, p. 21),

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa de seus alunos, marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa auto-estima resultante das exclusões escolar e social – alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos. Esses alunos são sobejamente conhecidos das escolas, pois repetem as mesmas séries várias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados como malnascidos e com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal.

A escola reprova sem critérios assim como aprova sem os mesmos critérios, ou reprova sem se dar conta de suas habilidades enfocando apenas suas limitações. Sem o menor senso de interesse e capacitação de professores que simplesmente, passam o aluno de um ano para o outro sem incluir esse aluno com os devidos conceitos pedagógicos e experiência para que sua entrada no mercado de trabalho possa ser estimulante, onde ele possa se sentir útil e seguro de suas competências.

Dentre as deficiências a cegueira provoca grande impacto na sociedade causando e ampliando as barreiras. No mercado de trabalho, muitas vezes a pessoa portadora de deficiência não tem espaço para expor suas habilidades. O que ocorre na maioria das vezes é que o próprio deficiente tem que viver suas limitações, provar para ele mesmo e para os outros suas habilidades e capacidades, para que possa conquistar um espaço no mercado de trabalho que a cada dia torna-se mais seletivo e competitivo.

Caiado (2006, p.105), aponta que,

Porém, enquanto o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e restrito e os índices de desemprego e exclusão aumentam, o movimento social, ainda que timidamente, organiza-se na luta pela garantia de trabalho à pessoa deficiente e aos grupos intitulados de minorias. Nesse sentido, a legislação garante cotas de admissão em cargos públicos a afro-descendentes e a pessoas deficientes, aplica multa às empresas que descumprem a legislação e coloca a presença de trabalhadores deficientes na empresa como requisito positivo na avaliação da qualidade final dos produtos.

Neste sentido o papel da escola é formar e preparar todos, mas em especial a pessoa com deficiência para conquistar seu espaço na sociedade atual, onde os ideais capitalistas cruéis e excludentes continuam fazendo seleção utilizando a lei do mais forte. O mercado de trabalho é muito competitivo e a preparação da escola, família e principalmente o interesse e a determinação são fundamentais, para uma formação consciente e independente. Estar sempre atualizado, ou seja, cursos profissionalizantes, de formação continuada, línguas, entre outros fazem muita diferença na conquista do mercado de trabalho.

Portanto cabe ressaltar que estado, escola e a família deve se comprometer para que os progressos alcançados sejam favoráveis a todos envolvidos.

Chacon (2009, p. 58) afirma,

[...] Trata-se de um microsistema que vem acompanhando a evolução social da humanidade e, mais que isso, vem-se superando em suas formas de constituição e, a cada superação, diferenciam-se o significado social dos vínculos estabelecidos entre seus membros, os papéis que cada qual desempenha e o poder destes na própria dinâmica familiar e na sociedade de modo geral.

Portanto o estado, a escola e a família devem desempenhar seus papéis de forma dinâmica, como uma espécie de colméia de abelhas cada um com sua função, sem interferir na autonomia do outro.

3 CEGUEIRA X DEFICIÊNCIA VISUAL.

A sociedade confunde muito o termo cegueira e deficiência visual, muitas vezes por achar que o termo “cego” possa constranger de alguma forma a pessoa. Quando na verdade é correto, pois, deficiente visual é referido à pessoa que possui sim alguma deficiência, mas que isso não a impeça de enxergar.

Para definir cegueira e deficiência visual Masini (1994, p.40) diz,

[...] é importante assinalar que, educacionalmente, os D.Vs. são divididos em dois grupos: cegos e portadores de visão subnormal. Tradicionalmente a classificação tem sido feita à partir da Acuidade Visual: sendo cego aquele que dispõe de 20/200 de visão no melhor olho, após correção; e portador de visão subnormal aquele que dispõe de 20/70 de visão nas mesmas condições. Essa delimitação pela acuidade visual tem porém, para fins educacionais mostrado ser pouco apropriada, dando-se preferência aquela referente a eficiência visual.

O aluno com alguma deficiência possui muitas possibilidades em sua vida pessoal e também em sua vida escolar, mas em muitos casos, tanto em casa quanto na escola, tais possibilidades, são ignoradas salientando apenas suas limitações. Todas as pessoas podem e tem possibilidade de aprender desde que possa ser percebido e concebido como um ser atuante em qualquer lugar na sociedade.

Ferreira e Guimarães (2003, p. 86) apontam,

Os direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, seguidos pela Lei 7.853/89 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei 8.069/90, e nos demais instrumentos jurídicos infraconstitucionais, garantem às pessoas portadoras de deficiência seus direitos na área da saúde, na área do trabalho, na área da habitação / reabilitação profissional, na área de assistência social, na área de educação.

Todos os alunos tendo ou não deficiência tem seus direitos garantidos em lei, e devem ser respeitados. O não cumprimento da lei e principalmente as atitudes negativas da sociedade geram barreiras a serem superadas, além de provocar situações de desânimo e incapacidade de agir e em consequência a acomodação.

O aluno com deficiência visual é privado de um sentido que, para uma pessoa que enxerga é um dos principais fatores de interação com o cotidiano, desde a infância. Mas a pessoa cega, seja ela criança ou adulta, utiliza os outros sentidos

para poder se relacionar com o meio com o qual ela convive ou ira conviver, a audição, o tato e principalmente a linguagem.

De acordo com Laplane e Batista (2009, p. 178)

Através da linguagem, o mundo, desconhecido, aparentemente inacessível, incompreensível e potencialmente ameaçador e hostil pode transformar-se em algo a ser explorado, compreendido e apropriado. A linguagem condensa as relações sociais e confere sentido à experiência humana.

A linguagem para criança cega possui uma importância fundamental, principalmente durante sua fase escolar, onde terá de se comunicar com outras pessoas, e com isso poderá se impor diante das necessidades que surgirão nessa e em outras fases da sua vida escolar, podendo também dessa forma compartilhar suas experiências com os colegas e da mesma forma os colegas com a criança cega, para que possa se expressar, se comunicar, tornar-se independente e manifestar suas vontades, desejos, frustrações.

Oliveira (1997, p. 43) apresenta:

[...] a linguagem fornece os conceitos e as formas de organização do real que constituem a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. A compreensão das relações entre pensamento e linguagem é, pois, essencial para a compreensão do funcionamento psicológico do ser humano.

Neste entendimento a linguagem para o aluno cego é o modo como compreende o real e o imaginário, por meio do pensamento e da linguagem tornando possível explorar o mundo sem o sentido da visão.

Vygotsky (2000, p.11) aponta,

A linguagem é, antes de tudo, um meio de comunicação social, de enunciação e compreensão. Também na análise, que se decompunha em elementos, essa função da linguagem se dissociava da sua função intelectual, e se atribuíam ambas as funções à linguagem como se fossem paralelas e independentes uma da outra.

Apesar de a visão ser um dos sentidos principais dos videntes, a linguagem para quem não possui esse sentido é tão ou mais importante, para suas manifestações de sentimentos, desejos, enfim, tudo o que a pessoa cega possa apropriar-se do mundo externo.

3.1 Causas e Prevenção da Cegueira.

O diagnóstico da cegueira se dá, por meio de exames clínicos, sendo que a cegueira poderá ser genética, ou seja, ocorrer durante a gestação, ou ainda ao longo de sua vida. Algumas dessas doenças podem ser muito preocupantes com relação à cegueira, são elas: catarata, glaucoma, degeneração macular, ambliopia, renitoplátia, diabetes, toxoplasmose. Há também doenças oculares comuns que podem ou não causar a cegueira.

Lima (2006, p. 74), esclarece,

Há causas genéticas, infecciosas ou traumáticas e degenerativas para a deficiência visual. Cerca de 60% das ocorrências de cegueira podem ser evitadas. Algumas doenças – como diabetes, rubéola, catarata, glaucoma, toxoplasmose – podem causar a cegueira, se não forem prevenidas ou tratadas. Os exames pré-natais podem orientar as futuras mães e pais sobre o modo de prevenir algumas delas.

A cegueira pode ocorrer desde o nascimento, ou seja, congênita ou hereditária, ou ainda adquirida durante ao longo da vida, desde um acidente, ou alguma doença que possa levar cegueira total ou problemas relacionados, que podem prejudicar a visão.

Principalmente na infância, devem-se tomar alguns cuidados para que acidentes domésticos possam ser evitados, como por exemplo, crianças brincando com objetos pontiagudos ou cortantes, substâncias inflamáveis, nunca deixar as crianças sozinhas ou em companhia de menores, garantindo assim maior segurança.

Durante a fase escolar, a criança pode apresentar baixa acuidade visual, ou seja, capacidade que a retina tem de diferenciar estímulos visuais, por isso, professores que atuam em educação infantil e as primeiras séries iniciais, devem estar atentos com o desenvolvimento das crianças, durante as atividades realizadas em todos os momentos do dia.

Lima ((2006, p. 75), argumenta.

Na escola, as professoras podem observar alterações ou problemas transitórios dos olhos, como conjuntivite, terçol, trauma (pancada no olho), e problemas permanentes, como glaucoma, catarata, deslocamento de retina, ou problemas causados por rubéola ou toxoplasmose. Alguns sinais podem

ser identificados, como olhos vermelhos, pálpebras inchadas, lacrimejamento, assim como alguns sintomas, como dor de cabeça, tontura, náusea e dificuldade para ler. Os principais problemas oftalmológicos que aparecem nos escolares são: erros de refração — hipermetropia, miopia, astigmatismo — estrabismo, conjuntivite, acidentes oculares ou traumas.

Pode-se concluir que, as observações feitas pelos professores, no cotidiano escolar podem contribuir para a aprendizagem da criança respeitando assim sua limitação e encaminhando para diagnósticos de profissionais especializados.

Vygotsky descreve que a pessoa cega possui suas limitações, mas por outro lado, ela se apropria de outras funções e habilidades que a pessoa vidente não desenvolve por ter a visão em destaque. O desenvolvimento de outros sentidos na pessoa cega proporciona a mesma muitas outras funções que de uma forma ou de outra facilitam sua inserção na sociedade da qual faz parte.

Vygotsky (1997, p. 104), comenta,

[...] A cegueira põe seu portador em uma posição social particular ou difícil. O sentimento de inferioridade, de insegurança e de debilidade surgem como resultado da valorização que o cego exerce em sua posição. Como reação de aparato psíquico se desenrolam as tendências de supercompensação. Estão orientadas a formação de uma personalidade socialmente válida, a conquista de uma posição na vida social. Estão orientadas a superação de conflito social, a instabilidade psicológica resultante da deficiência física.

A pessoa cega não deve considerar sua condição como sendo inferior, mas deve considerar que para cada ação há uma reação e com isto a mesma possui outras formas de conhecer o mundo a sua volta.

4 CONHECENDO A ESCRITA BRAILLE.

A escrita Braille foi criada por Louis Braille em 1824 quando ele tinha apenas 15 anos, mas sua invenção só foi reconhecida legalmente pelo governo da França, no ano de 1854 dois anos após a sua morte. Louis Braille aos três anos de idade, muito provável quando foi brincar na oficina de seu pai, que fabricava celas e arreios para cavalos, feriu seu olho esquerdo com uma ferramenta pontiaguda, seu ferimento no olho esquerdo sofreu uma infecção que passou para seu olho direito que o levou a cegueira total. (SÁ; et al.,2007).

Lima (2006, p.100) relata,

Aos dez anos, foi estudar em uma escola para cegos, utilizando letras em relevo. Aos 18 anos, em 1825, inventou um sistema de leitura e escrita tátil para cegos. Com o seu invento, as pessoas cegas passaram a ter possibilidade de se educar normalmente. Ele organizou um método e o apresentou ao diretor da escola, mas não houve interesse na sua aplicação.

A escrita Braille é bastante eficaz e facilita muito a vida de milhões de cegos do mundo inteiro, é formada por 6 pontos que formam 63 combinações, e constituem desde o alfabeto, pontuações, números, sinais matemáticos enfim tudo que pode ser escrito em tinta pode ser escrito em Braille. Sua leitura é feita da esquerda para direita, pode ser feita com uma ou as duas mãos, quando adquire prática a pessoa cega lê com a mesma rapidez que uma pessoa vidente.

O alfabeto Braille se apresenta com a seguinte estrutura:

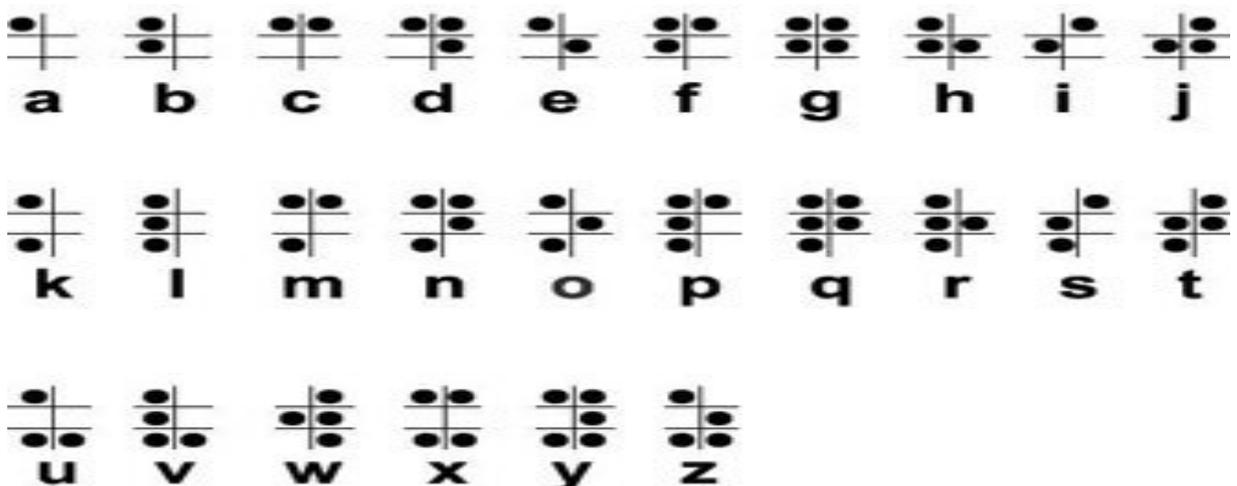


Figura 01: Alfabeto Braille

Fonte: www.euroacessibilidade.com/.../fotos/braillejpg

4.1 Materiais Adaptados e em Braille

Há materiais específicos para que possamos trabalhar com pessoas cegas, ou seja, materiais em Braille ou adaptados. São os principais materiais que encontramos nas escolas.

A reglete (figura 02) que é uma régua que possui várias selas onde cada uma é utilizada para escrever uma letra, cada letra é escrita por uma punção que é uma espécie de pião que é utilizado para escrever as letras e uma prancheta, onde é colocada a folha e a escrita é feita de trás para frente, pois para ser feita a leitura é necessário que se vire a folha.

Enquanto que na reglete cada ponto da letra necessita ser marcado pela punção, ou seja, um ponto de cada vez, a máquina marca todos os pontos de uma só vez, portanto a escrita torna-se muito mais rápida e com uma qualidade muito melhor.



Figura 02: Reglete.

Fonte: www.intervox.nec.ufrj.br

A máquina de Braille (figura 03) é muito útil no processo de aprendizagem. O uso da máquina em relação ao tempo de escrita é muito mais rápido e bem menos cansativo para quem escreve, nesse caso, a pessoa que necessita desse equipamento.



Figura 03: Máquina de Braille.

Fonte: www.intervox.nec.ufrj.br

O uso da bengala (figura 04) é indispensável para a locomoção da pessoa cega, é por meio deste instrumento que, é possível a identificação e a localização do espaço e dos obstáculos enfrentados no cotidiano.



Figura 04: Bengala.

Fonte: www.intervox.nec.ufrj.br

O sorobã (figura 05) está dividido em dois retângulos: um largo com 4 bolinhas em cada eixo e, outro estreito com apenas 1 bolinha. Serve de separação entre os retângulos uma tabua chamada régua, que tem, de 3 em 3 eixos um ponto em relevo, tendo seis ao todo. É junto da régua que se escreve e que se lêem os algarismos. Com habilidade e prática que o aluno cego desenvolva pode escrever números no sorobã com a mesma velocidade ou até mesmo mais rápido que um vidente escreve a lápis no caderno.



Figura 05: Sorobã.

Fonte: www.intervox.nec.ufrj.br

O compromisso e o interesse dos profissionais envolvidos com as pessoas que devem estar incluídas e não excluídas, em meio à sala, isso conta o papel da escola, do professor da família, e principalmente, do aluno. Para isso o aluno deve perceber-se como parte importante em sala, deve ser atuante, participativo, crítico e responsável em seus ideais, para que haja inclusão e um resultado significativo e principalmente positivo para todos. Portanto o uso dos materiais acima é indispensável para o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno cego em sala de aula, bem como o conhecimento e o domínio dos profissionais que atuam com pessoas cegas.

4.2 Materiais Adaptados em Sala da Aula.

Para trabalhar com o educando cego é necessário fazer algumas adaptações, desenhos, gráficos, planilhas, ou seja, tudo que não se pode escrever em Braille tem de estar em alto relevo. “A disponibilidade de recursos que atendam ao mesmo tempo às diversas condições visuais dos alunos pressupõe a utilização do sistema Braille, de fontes ampliadas e de outras alternativas no processo de aprendizagem”. (SÁ et al., 2007, p.27).

Trabalhar com os materiais concretos, mais próximo da realidade, principalmente na alfabetização, para que possam ser identificados pela criança. “Deve ser simples e de manuseio fácil, proporcionando uma prática utilização e não deve oferecer perigo para os alunos”. (SÁ et al., 2007, p.27).

Os jogos pedagógicos são muito utilizados para trabalhar com alunos cegos e podem ser facilmente adaptados pelos professores, abaixo se podem perceber com maior clareza alguns exemplos:

As celas são instrumentos que representam, a forma da máquina de Braille e da reglete, onde são feitos os pontos que representam a escrita Braille, para trabalhar com alfabetização Braille podem ser feitas ampliadas para que a criança possa perceber os pontos até chegar a escrita padrão, e para isso podem ser utilizados os seguintes materiais: caixas de ovos, celas (de madeira, EVA, cartelas de medicamentos, caixas de fósforos, chicletes, botões entre outras). Para montar os pontos podem ser utilizados (bolas de gude, tampas de garrafa).

Jogos como dominó, xadrez, damas, resta um, baralho entre tantos outros jogos podem ser adaptados para serem utilizados pelo aluno cego em jogos e campeonatos. As bolas podem ser adaptadas com um pequeno sino, ou um guizo que faça barulho para serem utilizados nas brincadeiras como alerta, queimada e outras. A adaptação no elástico para as brincadeiras pode ser feita da mesma maneira com é feita na bola, pendurando objetos que fazem barulho para que a criança possa se localizar na atividade.

Para trabalhar com quantidades e medidas podem ser utilizados materiais como garrafas peti em diferentes medidas como um litro, meio litro, caixas de papel, latas plásticas, com objetos representando a quantidade de objetos escrita em Braille fora da embalagem, fitas métricas e régua em alto relevo são de grande utilidade nas atividades em sala.

A falta de conhecimento, de estímulos, de condições e de recursos adequados pode reforçar o comportamento passivo, inibir o interesse e a motivação. A escassez de informação restringe o conhecimento em relação ao ambiente. Por isso, é necessário incentivar o comportamento exploratório, a observação e a experimentação para que estes alunos possam ter uma percepção global necessária ao processo de análise e síntese. (SÁ et al., 2007, p.21).

Como podemos perceber não é tão difícil preparar materiais adaptados, basta interesse, criatividade e principalmente comprometimento dos educadores para ampliar as possibilidades de aprendizagem dos alunos cegos na escola regular.

5 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido tendo como linha de pesquisa: Educação, cultura e ambiente, e como eixo temático Educação para a diversidade. A investigação foi realizada utilizando duas modalidades de pesquisa: Bibliográfica fundamentada em autores que abordam a temática da inclusão do cego no ensino regular para dar sustentação teórica.

De acordo com Horn et al., (2001, p. 10, apud DIEZ; HORN, 2004, p. 26), pesquisa bibliográfica:

É a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros e obras congêneres. [...] o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema: objeto de investigação.

Para estabelecer relação entre teoria e prática, foi utilizada a pesquisa de campo. Segundo Diez e Horn (2004, p. 26), A principal finalidade deste tipo de pesquisa é recolher, registrar, ordenar e comparar dados coletados em campo (com uso de instrumentos específicos) de acordo com os objetivos do assunto escolhido como objeto de estudo.

Sendo que a pesquisa de campo completa a pesquisa bibliográfica, para um aprofundamento mais rico e com uma elaboração mais consistente, Ruiz (1982, apud DIEZ; HORN, 2004, p. 26), “[...] Consiste na observação dos fatos tal como ocorreram espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises”.

A pesquisa foi desenvolvida dentro de uma perspectiva qualitativa para a realização da análise do problema abordado.

[...] a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito... O conhecimento não se restringe a um rol dados isolados, ligados apenas por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 1998, apud ACAFE, 2008, p.79)

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: a observação e registro, questionário para dois professores do ensino regular, questionário para o professor da sala de recursos e por fim questionário para o aluno cego.

A análise dos dados teve como suporte o referencial teórico possibilitando assim uma compreensão maior entre teoria e prática.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

6.1 Contextualizando a pesquisa.

A pesquisa aconteceu em uma escola de ensino regular (municipal) no município de Içara com dois professores do ensino regular, o professor da sala de recursos e por fim o aluno cego.

Para preservar a identidade de todos que contribuíram para a realização da pesquisa, o primeiro professor do ensino regular será identificado como professor “A”, o segundo professor do ensino regular será identificado como professor “B”, o professor da sala de recursos será identificado como professor “C” e por fim o aluno será identificado como “ALUNO”.

O “ALUNO” cego que contribuiu para a elaboração da pesquisa perdeu a visão aos sete anos de idade, devido um tumor localizado na região do cérebro onde, interfere em sua visão. Passou por quatro cirurgias que não foi obtido resultado em relação ao tumor, portanto sua visão é totalmente nula, não há procedência de retorno da visão desde então.

O “ALUNO” começou a frequentar o ensino regular aos nove anos de idade, em função das cirurgias e suas recuperações foram muito lentas, por isso, seu ingresso no ensino regular iniciou no de 2007, quando o mesmo estava com dez anos de idade. O “ALUNO” sabe escrever em tinta e conhece todas as letras e números da escrita portuguesa, foi alfabetizado em Braille no mesmo ano em que frequentou o ensino regular, porém com alguma limitação, em meados de julho de 2007.

Hoje o “ALUNO” está matriculado regularmente e frequentando o ensino regular em um período e a sala de recursos onde frequenta duas vezes por semana com aulas de Braille e locomoção com 1h de duração para cada atividade, isso acontece em outro local.

6.2 Apresentação e análise da observação no ensino regular.

A observação aconteceu em uma escola regular municipal de ensino fundamental no município de Içara – SC, com a turma da quarta série do ensino fundamental, no mês de março de 2010, de acordo com o referencial teórico e seguido pelo roteiro elaborado (Apêndice A).

Sendo que o objetivo principal para a realização da pesquisa foi analisar as possibilidades e limitações no ensino regular. Foi realizada a observação e o registro em um período de uma semana (05 dias) onde foram analisados os dados coletados para a obtenção dos seguintes resultados:

Durante o período de observação foi verificado que a mediação pedagógica dos professores em sala é considerada satisfatória, em relação à turma de maneira geral. Diante das observações feitas nesse período foi considerado que a escola procura trabalhar com a inclusão, mas o fato é que nem sempre esse resultado é satisfatório.

Amiralian (2009, p.23), afirma

A questão de inclusão, portanto, não é um problema que se refere especificamente às pessoas com deficiência, é um conceito que diz respeito a todos nós, à aceitação de cada uma das pessoas como elas realmente são, independentemente de suas condições especiais e peculiares, de seu modo de pensar e de viver sua própria vida.

A relação dos professores com os alunos é bastante comprometida, ambos agem, recebem, interagem naturalmente com o “ALUNO” cego sem qualquer tipo de diferença. O mesmo acontece com os alunos não só da turma como da escola. Em uma visão geral todos compartilham do mesmo tratamento incluindo o “ALUNO” cego.

Diante da questão da inclusão foi analisado que apesar dos esforços que a escola se dispõe a se ajustar ainda é muito distante essa realidade, como foi abordado no referencial teórico Mantoan (2006) aponta que só haverá inclusão quando a escola aprender a respeitar e trabalhar com todos os tipos de diferenças, e não se prendendo apenas na questão das pessoas com deficiência.

As escolas trabalham com a inclusão de uma maneira em que a inclusão acontece quando há alguém com algum tipo de deficiência física ou mental, quando

na verdade a inclusão deve propiciar a todos o respeito e interesse em conhecer vários tipos de culturas e realidades diferentes.

Diante da realidade da escola foi possível perceber que a interação dos professores com a turma e com o “ALUNO” cego é bastante ativa e dinâmica, mas em relação à mediação pedagógica considere-se que há algumas falhas, principalmente por falta de conhecimento sobre tal deficiência. Durante as explicações de conteúdos o professor “A” da sala de aula fala de maneira que o “ALUNO” não consegue se situar em meio à explicação, não há uma linguagem na qual o mesmo possa identificar-se sem o auxílio da estagiária que o acompanha. No decorrer das aulas foi possível identificar que o “ALUNO” cego fica prejudicado com as explicações em relação aos outros alunos “videntes”, quanto à adaptação de materiais e a escrita Braille é bastante complicada, pois, os professores do ensino regular não têm conhecimento algum sobre como trabalhar e também não sabem como utilizar esse recurso.

Notou-se que ambos professores possuem muitas dificuldades em trabalhar com os recursos pedagógicos com o “ALUNO” cego, nunca tiveram cursos que abordassem essa problemática e por isso fica muito difícil desenvolver o trabalho em sala de aula. A estagiária da sala trabalha com o “ALUNO” desde a segunda série no ano de 2008, mas também nunca fez cursos que dessem suporte para trabalhar, e mesmo assim conseguiu desenvolver o trabalho com Braille e outros materiais adaptados, por outras instituições, meios eletrônicos (internet) e por força de vontade. Portanto é ela que adapta e transcreve materiais em tinta para Braille e Braille para tinta, e também explica os conteúdos que os professores trabalham em sala para o “ALUNO” cego de forma que ele compreenda e possa realizar as atividades sozinho.

O “ALUNO” cego é muito independente na escola chega de ônibus, ou quando chove o pai ou irmão levam o mesmo para escola de carro, mas geralmente vai de ônibus, desce alguém ajuda no momento do desembarque para que ele possa identificar a direção e depois que chega ao portão consegue se identificar com facilidade e dessa forma vai ao banheiro sem a ajuda de ninguém. Nas atividades na quadra participa muito pouco, mas todas as crianças colaboram com o mesmo nas atividades em grupo como, por exemplo, pega-pega, queimada, alerta, pula corda, pé de lata, chinelão entre outros.

Caiado (2006, p.39) argumenta: “Porém, socialmente, ela não é

limitadora, porque a pessoa cega, pela palavra, pela comunicação com o outro, apropria-se do real ao internalizar os significados culturais”. A importância da linguagem para o aluno cego é fundamental, pois é por meio da mesma que ele se aproxima do conhecimento de mundo, e com isso a troca de experiências, o contato com outras pessoas e procurando ao máximo trabalhar com materiais concretos faz toda diferença no resultado de sua aprendizagem.

Como os professores não conhecem a escrita Braille fica muito difícil o trabalho com textos, provas, trabalhos, cálculos, ou seja, tudo o que envolve a escrita, mas a escola possui livros escritos em Braille e a máquina para a escrita também em Braille, porém a estagiária prepara os materiais para o aluno cego sempre nas aulas, pois, raramente o professor entrega o material e os textos para ela juntamente com os demais alunos. Sendo assim o “ALUNO” sempre fica em desvantagem porque nem sempre o mesmo obtém o material durante a atividade, principalmente quando há necessidade de preparar materiais em alto relevo, que é utilizada cola dimensional para ser possível tatear e identificar o mesmo, pois é um processo que exige tempo para a secagem. Quanto aos materiais que a escola possui em relação aos livros, também é a estagiária que transcreve todos os livros em Braille em tinta para que o professor titular possa trabalhar em sala de aula.

Lima (2006, p.97) propõe,

A escola deve ter materiais diversos que estimulem a percepção do aluno cego e também dos outros alunos, por meio de exercícios ou trabalhos comuns. O papelão grosso, a espuma, o tecido colorido, guizos, bolinhas ou contas de enfeitar, pompons, ripas de madeira, chocalho, feltro de várias cores, lã, fitas, latas pequenas com tampas, tampinhas de cerveja, velcro, luvas de plástico, sabonetes pequenos, argolas grandes e pequenas, EVA (emborrachado) e vários outros materiais podem ser utilizados em atividades coletivas relacionados aos conteúdos do dia. Como se pode perceber, a avaliação e a estimulação do sistema háptico, ou tato mais sofisticado, é fundamental para aprendizagem da criança e de adultos cegos.

O “ALUNO” possui dificuldades em relação à escrita, não para escrever, mas para construir textos, fazer interpretações, ou qualquer outra atividade em que necessite de respostas longas ou com uma elaboração mais completa. Com relação aos cálculos ele possui um raciocínio mental muito rápido, mas o mesmo não acontece na escrita, pois, o sorobã ainda é muito pouco utilizado e por isso torna-se muito difícil no momento da escrita.

Durante a semana de observação foi possível concluir que os professores

estão se empenhando ao máximo em dar o seu melhor para incluir o aluno na escola, mas em relação ao domínio dos recursos pedagógicos ainda falta muito para que eles próprios possam ter maior segurança no trabalho pedagógico. Porém, são muito poucos os cursos de capacitação que abordem essa questão, mas acredito que cabe a secretaria de educação informar ou encaminhar os profissionais para esse processo. É também muito importante que os professores se empenhem e não fiquem esperando alguém tomar uma decisão. É possível que pesquisem e procurem melhorar sua prática pedagógica em sala de aula para que o aluno tenha uma educação de qualidade.

Em relação à família pode-se dizer que participam da vida escolar, mas por outro lado, o fato da deficiência impede muito a cobrança em relação às atividades. Estão sempre presentes nas reuniões e outras ocasiões em que a escola necessita da presença dos mesmos.

Chacon (2009) aborda em seu texto que a família é muito transitória, ou seja, ocorrem mudanças constantes e com isso as relações e os papéis de cada um precisam estar muito bem definidos e organizados, sempre repensada para novas adaptações.

6.3 Apresentação e análise do questionário dos professores do ensino regular.

Foi realizado um questionário (Apêndice B) composto de sete questões que abordaram o trabalho pedagógico e foram aplicados para dois professores do ensino fundamental regular, sendo um “professor A” o titular da sala, da turma de quarta série e o outro “professor B” da disciplina de educação física.

A primeira questão aborda quanto à formação e o tempo de atuação. O “professor A” possui graduação em Pedagogia séries iniciais, pela UNESC no município de Criciúma – SC e pós-graduação em educação infantil e séries iniciais sua atuação no magistério são de 23 anos. O “professor B” possui graduação em Educação Física licenciatura pela UNESC no município de Criciúma – SC, não possui pós-graduação e atua no magistério há 01 ano.

A segunda questão compete ao parecer de ambos sobre a inclusão no

ensino regular, os dois consideram importante para a relação com a sociedade e também concordam que a escola não está preparada para trabalhar com uma educação de qualidade, em relação ao trabalho pedagógico em sala de aula. Em sua fala o “professor A” descreve que “é uma oportunidade de igualdade para todos os seres humanos, para que possam mostrar as suas capacidades e limitações. Mas ao mesmo tempo preocupante porque os profissionais e a própria escola não estão preparados para atender todos os alunos independentemente de suas diferenças, em relação aos cursos de complementação.”. E o “professor B” em sua fala aponta “... que a inclusão é importante para o educando, para sua formação como para o seu relacionamento pessoal com outras pessoas, porém, os docentes não estão preparados efetivamente para trabalhar com o aluno cego”.

Mantoan (2006) aborda a questão da inclusão como uma “provocação” ao fato de que a inclusão não está imposta apenas para pessoas com necessidades especiais, mas para todos os alunos que fracassam nas salas de aula. E o que os professores apontam em suas falas demonstram que não estão preparados para trabalharem com as diferenças, incluindo as deficiências.

A terceira questão teve a preocupação de saber se há necessidade de trabalho pedagógico diferenciado por sua vez o “professor A” diz que tenta melhorar sua prática sempre que possível, e que se sente perdida diante da situação atual sem comprometimento dos órgãos responsáveis, mas sua resposta não apresenta nada sobre a questão das diferenças no trabalho pedagógico. Por sua vez o “professor B”, indica que o uso de materiais diferenciados é necessário para a realização das atividades pedagógicas. Durante a observação foi percebido que os recursos didáticos e materiais adaptados são indispensáveis para obter um resultado satisfatório nas atividades desenvolvidas pelo “ALUNO” cego.

A quarta questão visava compreender se os professores estão preparados para atender o aluno cego no ensino regular, ambos os professores se consideram completamente despreparados para dar o suporte necessário a aprendizagem do aluno. Mantoan (2006) em seu trabalho relata que a maioria dos professores atuam em sala de aula de uma forma tradicional, sendo que a mudança abala a identidade profissional, e isso causa uma mudança na prática pedagógica do professor.

Na quinta questão foi abordada a questão dos cursos de formação continuada sobre a temática analisada na pesquisa, os professores questionados

afirmam não terem feito nenhum curso para trabalhar em sala de aula e atender o aluno cego. Mas os professores durante a observação se mostraram interessados em relação ao aluno. Faz-se necessário um envolvimento maior da escola e toda equipe pedagógica para propiciar cursos e aperfeiçoamento que possibilitem maior aprendizagem do aluno.

A sexta questão avaliou o espaço físico da escola, analisando se contribui para independência e o acesso a todas as áreas da escola, tanto o “professor A” quanto o “professor B”, concordam que a escola possui uma boa estrutura física e que nesse caso o “ALUNO” cego consegue ser muito independente e seu acesso a todas as áreas da escola acontecem de forma natural e sem ajuda dos colegas, talvez por ser uma escola de interior e não possuir muitos degraus ou calçadas que proporcione acidentes. Ele também conhece todo o espaço físico e isso contribui muito para sua independência.

Há cuidados que são preliminares. O ambiente deve ser organizado de forma a evitar acidentes. Objetos presos à parede, como extintores e caixas de computador, devem ser colocados em posição mais alta. Geralmente, esses objetos não são alcançados pela varredura da bengala. Espaços entre as cadeiras e corrimão contínuo em escadas são importantes para facilitar o movimento. LIMA (2006, p.93)

A sétima e última questão encerra o questionário com as respostas dos professores sobre o conhecimento e a utilização dos materiais adaptados e em Braille o “professor A” relata sua resposta da seguinte forma “conheço. Utilizo juntamente com uma estagiária material em Braille...utilizamos a cola colorida, para que ...perceba pelo tato os contornos....Mas na disciplina de matemática enfrentamos muitas dificuldades para trabalhar”. O “professor B” diz que “os materiais são adaptados sim. Bolas com guiso, tabuleiros em alto relevo”.

Porém durante as observações foi possível constatar que o “professor A” desconhece totalmente a escrita Braille e raramente adapta materiais, sendo que é a estagiária que prepara o material para o “ALUNO” e depois transcreve todo ao professor. Com relação ao “professor B” acontecem as adaptações de materiais necessários, porém com a escrita o processo é o mesmo, a estagiária escreve em Braille e depois em tinta para o professor poder trabalhar em sala.

6.4 Apresentação e análise do questionário para a professora da sala de recursos.

Foi realizado um questionário (Apêndice C), composto de seis questões que discutem sobre o trabalho da sala de recursos em relação ao ensino regular e foi aplicado ao professor da sala de recursos que será identificado nessa pesquisa como “professor C” preservando assim sua identidade.

A primeira questão corresponde à formação e seu tempo de serviço no magistério, sendo que a mesma é graduada em Pedagogia – educação especial e possui pós – graduação em inclusão social, não mencionou o local e instituição. Seu trabalho na sala de recursos com o “ALUNO” cego começou a quatro semanas, sendo sua primeira experiência. Por essa resposta pode-se concluir que o profissional não possui domínio do conteúdo para exercer tal função, pois pelas observações realizadas em sala de aula no ensino regular, foi possível perceber que as aulas na sala de recursos dão um suporte muito limitado para o ensino-aprendizagem do “ALUNO” cego.

A segunda questão abordou sobre seu acompanhamento, ou seja, assessoria aos professores do ensino regular, sua resposta foi “ainda não comecei as assessorias pretendo começar a partir de junho”. Por meio das observações realizadas no ensino regular foi mencionado que em todo tempo em que o “ALUNO” cego frequenta a sala de recursos houve assessoria apenas uma vez. O atendimento na sala de recursos acontece duas vezes por semana (terça e quinta feira), mas na entrega do questionário o “professor C” se diz despreparado para trabalhar tal deficiência e que não conhece a escrita Braille, apenas utiliza materiais adaptados.

Como pode haver um atendimento de qualidade se o próprio professor da sala de recurso, que deve assessorar o aluno e o professor do ensino regular, não possui qualificação necessária?

Diante dessa questão, Laplane e Batista (2009, p.183) abordam,

A participação de professores itinerantes e especialização que atuam em salas de recursos constitui uma tentativa de ampliar o uso do Braille na escola e torná-lo um recurso eficaz para o ensino e a aprendizagem, mas a defasagem entre a produção da sala de aula (onde dificilmente o professor conhece o sistema a ponto de prescindir do professor especialista para

transcrever o material) e a leitura na sala de recursos, ou entre a transcrição de textos seja do Braille para a escrita alfabética (produção do aluno), seja da escrita alfabética para o sistema Braille (textos impressos, tarefas, provas) podem comprometer o sucesso dessa tentativa.

A terceira questão faz relação ao trabalho realizado na sala de recursos com o “ALUNO” cego e sua resposta se limita em apenas uma palavra “estimulação”, o trabalho na sala de recursos é muito importante para desenvolver as habilidades e os outros sentidos que predominam na ausência da visão. Mas a falta de experiência do “professor C” acaba contribuindo pouco no trabalho pedagógico com esse “ALUNO”. Pois, em nenhum momento o mesmo relata qual tipo de estimulação é feita em seu trabalho na sala de recursos.

A quarta questão buscou seu questionamento em relação à escola regular, para saber se em sua opinião a escola regular está preparada para atender o “ALUNO” cego, sua resposta demonstrou que realmente o “professor C” desconhece a realidade do mesmo em relação sua vida escolar. O mesmo responde que “não conheço a realidade dos alunos cegos nas escolas regulares. Não acredito que haja professores especializado no ensino regular para trabalhar com cegos”. Assim, seu trabalho está limitado apenas ao atendimento individual na sala de recursos, entretanto seu conhecimento sobre a escola regular ainda é muito restrito, ou seja, reforça que a escola regular e os professores não estão preparados para atender o “ALUNO” cego para obter resultados satisfatórios.

A quinta questão buscou saber se na escola (sala de recursos) é possível que o “ALUNO” cego possua acesso e independência para que possa se locomover sem a ajuda de outras pessoas, então o “professor C” responde que “sim. A estrutura da sala de recurso contribui muito para a independência do aluno, pois, tem o necessário para aprimorar seus sentidos e conhecimentos do dia-a-dia”. Sua resposta não foi condizente com a pergunta, pois não foi especificado em sua escrita como o espaço físico da escola contribui para a independência em relação aos degraus, ou se possuem rampas, portas e janelas que abrem para fora dificultando assim o percurso do mesmo.

Por isso cabe destacar que a educação inclusiva ainda é uma tarefa bastante difícil em nosso país. Os obstáculos são muitos a serem enfrentados, desde o pedagógico a instalação de rampas, corrimão até outros equipamentos necessários para dar suporte e atender o aluno cego. Portanto é uma questão que não envolve só materiais e estruturas, mas o não comprometimento da escola e

professores na conscientização de mudanças que contribuam para alcançar a inclusão, somando a falta de investimento do estado, contribui para que este quadro não se altere.

A sexta e última questão abordou a questão dos cursos de formação continuada, assim como os professores do ensino regular o professor da sala de recursos respondeu “não. As oportunidades de fazer cursos capacitando o professor nessa área ainda é muito pouco, ou quase nada”.

Por meio das respostas do “professor C” é possível concluir que, o não comprometimento da lei por parte dos órgãos responsáveis, é bastante evidente, pois, a inclusão de pessoas com necessidades especiais deve ser planejada e organizada, tendo professores especializados e recursos que possibilitem o processo de ensino-aprendizagem desses alunos que merecem que seus direitos sejam exercidos de acordo com a lei que as regulamentam.

6.5 Apresentação e análise do questionário do aluno cego no ensino regular.

Foi realizado um questionário (Apêndice D) com seis questões entre as quais será possível compreender como o “ALUNO” avalia a escola, os professores, e se o trabalho pedagógico contribuem para sua aprendizagem e interação com o meio do qual faz parte. Portanto será descrito suas respostas a cada pergunta para uma compreensão melhor do cotidiano escolar na perspectiva desse aluno. Por meio desse questionário foi possível perceber que se pararmos para analisar o que os alunos têm a dizer, será como fazer uma auto-avaliação e corrigir assim os erros cometidos, e proporcionar uma educação de qualidade para todos.

A primeira questão abordou se o aluno se sente realmente incluído em todas as atividades escolares e a resposta do “ALUNO” foi à seguinte, “nem sempre, as atividades são feitas do jeito que eu possa entender, nas explicações de (obras de arte, matemática, movimento...) muitas vezes os professores não dão uma maior atenção para que eu possa participar. E também na sala nos trabalhos em grupo é bem difícil as equipes deixarem eu fazer alguma coisa, é bem normal eles fazerem tudo e eu nunca faço nada, parece que eu nem sou da equipe”.

Em sua resposta e por meio da observação, foi possível compreender que

as crianças tratam com acolhimento, mas realmente na hora dos trabalhos é bem complicado, pois, quando ocorre qualquer atividade que não seja individual, os grupos tanto formados por indicação do professor ou livre, as equipes fazem questionamentos com o “ALUNO”, porém na construção (normalmente cartazes) fazem sem informar o mesmo do trabalho desenvolvido. Sempre ocorre a interferência do professor ou da estagiária para que a turma trabalhe de maneira inclusiva com o “ALUNO” possibilitando o mesmo de contribuir com o trabalho respeitando suas limitações.

O aluno deve ter possibilidade de expressar, para o professor ou para o grupo, o que percebe, o que sabe, o que sente. Para as exposições de todos, ou dos que se propuserem a falar, o professor pode delimitar um tempo aproximado ou um momento determinado. LIMA (2006, p.98)

A segunda questão é em relação aos materiais adaptados e em Braille e sua resposta foi, “sim, tenho mais sempre depois que já foi trabalhado nas aulas. Porque os professores preparam bem poucos materiais, o que sempre acontece é que os professores trazem os materiais na aula e é sempre a estagiária é quem prepara na hora da aula”.

Diante das respostas é possível compreender a falta de materiais adaptados, em função dos professores não disponibilizarem os mesmos. Com isso Amiralian (2009, p. 34) destaca, “os cegos estão impedidos da aprendizagem da leitura e escrita pelos meios comuns. A escrita Braille veio, sem dúvida, a se tornar sua ferramenta básica”. Porém, a falta desses materiais em sala de aula, dificulta a aprendizagem do aluno.

A terceira questão também tem relação com materiais, mas seu maior objetivo foi em saber se o “ALUNO” tem suas atividades e avaliações em Braille, sendo assim sua resposta foi, “sim, todas as atividades são em Braille pela estagiária e depois é transcritos para os professores lerem. As provas são feitas em tinta, mas a estagiária lê as questões e eu respondo em Braille. Porque as provas escritas em Braille são bem demoradas para fazer a leitura e depois a escrita”.

Laplane e Batista (2009, p.184) propõem,

A criança cega também pode aprender as letras, utilizando um alfabeto móvel de material emborrachado ou outro material. A aprendizagem da escrita alfabética provê ao cego uma ferramenta útil para a comunicação (cegos devem aprender a assinar), tornando-se um fator de inclusão

escolar, porque faz com que a criança cega participe das práticas cotidianas de sala de aula, e social, porque permite o compartilhamento de uma ferramenta cultural amplamente disseminada, favorece a comunicação e a participação social.

Percebe-se por esta pesquisa que os professores do ensino regular não possuem conhecimento algum sobre a escrita Braille, e por isso o trabalho da estagiária torna-se duplo, pois, o material deve ser adaptado para o “ALUNO” e para os professores, quando na verdade o que deveria acontecer é que por uma questão de interesse os mesmo deveriam no mínimo procuram aprender o alfabeto Braille, para com isso tornar a relação com o “ALUNO” o mais próximo possível de sua realidade.

A quarta questão proporcionou ao “ALUNO” dizer se os professores tanto do ensino regular quanto da sala de recurso, são considerados preparados, e com isso se dão suporte necessário para sua aprendizagem, e sua resposta foi à seguinte, “acredito que não, pois, tudo o que eu faço tem que ser adaptado para os professores entender. Na sala eu até consigo entender, mais quando eu não entendo quem me ajuda é a estagiária. Faço aula na sala de recurso duas vezes por semana, levo meu caderno, minhas tarefas e outras atividades mais é bem difícil elas me ajudarem lá”.

Diante da observação, das respostas dos profissionais e do aluno, pode-se concluir que deve haver uma ligação entre todos os envolvidos na questão da parte pedagógica, uma organização, um diálogo, para que realmente haja uma equipe empenhada no trabalho. “Todo material apresentado visualmente deve ser acompanhado de explicações verbais, para auxiliar a compreensão de quem não vê”. LIMA (2006, p. 97). As explicações dos conteúdos são feitas, de forma que muitas vezes o aluno cego se sente perdido, pois não há uma preocupação com suas necessidades, e normalmente quem faz as explicações para o aluno é a estagiária.

Ocorre é que o trabalho é individual, todos fazem a sua parte isolada como se não existissem outras pessoas envolvidas no processo. E isso prejudica todos inclusive o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno, pela falta de organização do processo.

A quinta questão faz relação com a estrutura e o espaço físico da escola regular na perspectiva do aluno é “sim, é bom, consigo ir em todos os lugares da escola, tem alguns degraus e janelas que abrem para fora, mas eu já estou

acostumado e consigo ir sozinho em qualquer lugar. Só tenho medo de ir na quadra quando as crianças estão jogando bola ou correndo daí eu prefiro voltar e ficar no corredor”.

Realmente, o espaço físico dessa escola de ensino regular é muito bom, por ser uma escola pequena (de interior), atende alunos do primeiro ano a quarta série (a escola está em processo de mudança das séries para anos) a escola atende 76 alunos em dois períodos (matutino e vespertino), por isso o acesso do aluno é bem tranquilo e isso facilita sua locomoção. Quanto ao espaço físico o referencial teórico e a escola estão, muito próximos, talvez esse seja o ponto mais comum entre teoria e prática. Sendo assim, Lima (2006), argumenta que, o professor deve estimular a locomoção e a independência do aluno em todas as atividades e áreas da escola e fora delas.

O questionário foi concluído com a questão sobre a família do “ALUNO” cego no relato do mesmo sobre o acompanhamento e a participação de seus pais (familiares) em sua vida escolar, sua resposta foi, “sim ajudam nas minhas tarefas, mesmo não conhecendo o Braille eles ditam e eu escrevo na máquina, sempre olham meu caderno e participam de todas as reuniões que a escola faz”.

Os educadores podem auxiliar a família da pessoa cega, no sentido de evitarem superproteção e a falta de expectativas em relação ao desempenho do sujeito. Podem lhes informar o que ele faz na escola e os orientar para que o deficiente visual tenha um melhor aproveitamento em casa. (Lima, 2006, p.98).

A participação da família é muito importante na vida escolar de qualquer aluno, desde que não interfira na independência, criatividade e autonomia do mesmo para que dessa forma possa ter suas habilidades desenvolvidas. O acompanhamento, incentivo e interesse da família só tem a contribuir com o sucesso do aluno, mas às vezes a intervenção exagerada prejudica e o torna dependente desse acompanhamento.

7 CONCLUSÃO

Por meio da pesquisa foi possível analisar, uma pequena parte da temática que envolve muitas dúvidas e questões de interesse geral acredita que se percebeu que a questão da inclusão nessa escola ainda é muito distante, do que prevê as leis, principalmente em relação ao trabalho pedagógico.

A escola é o espaço onde alunos e professores constroem conhecimentos, onde todos com suas peculiaridades e diferenças, interagem entre grupos superando e quebrando as barreiras que em muitas vezes são impostas pela mídia e pela sociedade excludentes da qual fazemos parte.

A pesquisa proporcionou identificar que os profissionais envolvidos diretamente com o aluno cego, sentem-se despreparados, sendo que os professores do ensino regular e o da sala de recursos não dominam a escrita Braille, e isso dificulta a aprendizagem do aluno. Em relação aos colegas de classe, a interação boa, mas em relação aos trabalhos em sala às vezes acontece que as equipes não dão espaço para o aluno cego expor suas idéias desestimulando assim sua aprendizagem e contribuindo para sua exclusão.

Diante das informações obtidas ao longo do estudo foi possível identificar a preocupação dos professores em relação à inclusão do aluno cego, faltam cursos de formação continuada (ou faltam divulgações sobre) que deem suporte necessário para os professores trabalharem em sala com segurança e domínio da escrita Braille para contribuir para o ensino-aprendizagem do aluno.

A inclusão de alunos com necessidades especiais deve ser pensada pela escola para que a mesma possa proporcionar aos professores e alunos recursos que contribuam para o trabalho pedagógico resultando numa educação de qualidade para todos.

Portanto cabe ressaltar que a inclusão é possível, mas desde que sejam utilizados todos os recursos que contribuam para essa abordagem. As dificuldades existem, mas, com profissionalismo e cumprindo a legislação é possível construir uma realidade diferente. A contribuição da estagiária em sala de aula é de fundamental importância para o professor e sem dúvida para o aluno. Pois, desempenha seu trabalho para o aluno e para os professores, tanto no ensino regular quanto na sala de recursos.

Perceber os erros cometidos a cada dia é muito importante para que não sejam repetidos, assim como sugestões, dúvidas, entre outras questões são importantes serem avaliadas. O registro diário para o professor é um instrumento que contribui muito para sua auto-avaliação refletindo assim em sua prática pedagógica.

Com isso entende-se, que a inclusão escolar e social do educando cego está longe do que propõe as leis e o próprio princípio da educação inclusiva.

Estamos iniciando uma caminhada que ainda apresentará muitos obstáculos a serem vencidos. Porém, temos certeza que a inclusão é possível e que o aluno cego tem muito mais possibilidades do que limitações, na família, na escola e na vida em sociedade, bastam que estas instituições assumam suas responsabilidades nesse processo.

Para finalizar, diante das respostas de todos os envolvidos na pesquisa, foi possível concluir que na teoria há muitas possibilidades para o aluno cego, mas o que ocorre na prática é que prevalecem as limitações. Os professores devem estimular as possibilidades do aluno, e se prendendo as suas limitações.

REFERÊNCIAS

ACAFE. **Metodologia da pesquisa**. Unidade 3. 2008.

AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes. Comunicação e participação ativa: a inclusão de pessoas com deficiência visual. In: AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes. (Org.) **Deficiência visual: perspectivas na contemporaneidade**. 1ª ed. São Paulo: Vetor, 2009.

BRAILLE, Alfabeto. **Acessibilidade**. [2001?]. 1 fotografia, preto/branco. Disponível em: <http://www.euroacessibilidade.com/.../fotos/braillejpg>. Acesso em: 20 abr. 2010.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**, Secretaria de Educação Fundamental, Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998. 62p.

CAIADO, Katia Regina Moreno. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados: PUC, 2006. 150p.

CHACON, Miguel Claudio Moriel. Família e escola: uma parceria possível em prol da inclusão?. In: AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes. (Org.) **Deficiência visual: perspectivas na contemporaneidade**. 1ª ed. São Paulo: Vetor, 2009.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito e cultura. In: AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes. (Org.) **Deficiência visual: perspectivas na contemporaneidade**. 1ª ed. São Paulo: Vetor, 2009.

DIEZ, Carmem Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Balduino. **Orientações para elaboração de projetos e monografias**. Petropolis, RJ: Vozes, 2004.

ESPERANÇA, Fabiano Boghossian. **Coisas de cegos**. [2005?]. 4 fotografias, color. Disponível em: <http://www.intervox.nec.ufrj.br/~fabiano>. Acesso em: 20 abr. 2010.

DEFICIÊNCIA visual – uma nova percepção de mundo. **Ciranda da inclusão: a revista do educador**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 4-6, mensal, mar. 2010.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 158p.

LAPLANE, Adriana Lia Frizman de; BATISTA, Cecília Guarnieri. O desenvolvimento e a aprendizagem da criança com deficiência visual. In: GOMES, Marcio. (Org.) **Construindo as trilhas para a inclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LIMA, Priscila Augusta; Vieira, Theresinha. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 176p.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006. 64p.

MASINI, Elcie F. Salzano. **O perceber e o relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados**. Brasília: Corde, 1994. 160p.

OLIVEIRA, Marta Kolh de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. 2 ed. São Paulo: Scipione, 1997. 111p.

SÁ, Elizabete Dias de. et AL. **Atendimento educacional especializado: deficiência visual**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. 54p.

VYGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Tradução: Paulo Bezerra. 496. p.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas V: fundamentos de defectologia**. Madrid: Visor, 1997. (Tradução minha)

APÊNDICE A: Roteiro de observação no ensino regular.



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

ORIENTADORA: Albertina Serafim Daminelli.

PESQUISADORA: Gislaine Costa da Silva.

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO NO ENSINO REGULAR.

- 1- Mediação pedagógica do professor em sala de aula.
- 2- Interação do professor com os alunos.
- 3- Interação entre o aluno cego e os demais alunos da sala.
- 4- Adaptação de materiais e escrita Braille.
- 5- Domínio do professor no uso de recursos específicos, como Braille e materiais adaptados.
- 6- Espaço físico da escola.

APÊNDICE B: Questionário para o professor do ensino regular.



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

ORIENTADORA: Albertina Serafim Daminelli.

PESQUISADORA: Gislaine Costa da Silva.

QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR DO ENSINO REGULAR.

- 1- Qual sua formação e quanto tempo atua em sala de aula?
- 2- Qual sua compreensão sobre inclusão? Argumente.
- 3- Como você atua em sala de aula com o aluno cego? Você acha que o trabalho pedagógico deve ser diferenciado? Argumente.
- 4- Você considera que está preparado para atender com o aluno cego no trabalho pedagógico? Argumente.
- 5- Você participa de cursos de formação continuada, que abordem essa temática? Em caso afirmativo descreva quais?
- 6- O espaço físico da escola contribui para a independência e o acesso do aluno cego? Argumente.
- 7- Você conhece e utiliza materiais adaptados e em Braille nas atividades e avaliações? Quais?

APÊNDICE C: Questionário para o professor da sala de recursos.



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

ORIENTADORA: Albertina Serafim Daminelli.

PESQUISADORA: Gislaine Costa da Silva.

QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS DO ALUNO CEGO.

- 1- Qual sua formação e quanto tempo trabalha com alunos cegos?
- 2- Você presta acessoria ao professor do ensino regular com as disciplinas e conteúdos trabalhados no ensino regular? Como é feito essa acessoria?
- 3- Como é feito o trabalho pedagógico com o aluno cego na sala de recursos? Argumente.
- 4- A escola regular está preparada para trabalhar com os alunos cegos? Argumente.
- 5- Em relação ao espaço físico da escola, como contribui para a independência e o acesso do aluno cego? Argumente.
- 6- São realizados cursos de formação continuada para que possam atender as práticas pedagógicas para trabalhar com o aluno cego? Argumente.

APÊNDICE D: Questionário para o aluno cego.



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

ORIENTADORA: Albertina Serafim Daminelli.

PESQUISADORA: Gislaine Costa da Silva.

QUESTIONÁRIO PARA O ALUNO CEGO.

- 1- Você se sente incluído em todas as atividades escolares? Como?
- 2- Você tem acesso a materiais adaptados (alto relevo, mapas adaptados, tabelas, gráficos...)
- 3- Suas atividades e avaliações são disponibilizadas em Braille?
- 4- Você considera que os professores estão preparados e dão suporte necessário a sua aprendizagem? Como?
- 5- O espaço físico da escola contribui para sua independência e seu acesso em todas as áreas da escola (rampas, barreiras, corrimão)? Descreva o espaço físico da sua escola.
- 6- Seus pais acompanham sua aprendizagem e participam das reuniões escolares? Argumente.

APÊNDICE E: Capítulo 04 – Conhecendo a escrita Braille (em Braille).

OBS: O apêndice E, está disponível somente no trabalho impresso no Departamento do Curso de Pedagogia.